

O feminino na literatura colonial brasileira: representações nos livros didáticos do Ensino Médio

The female in the Brazilian colonial literature: representations in textbooks of high school

Eudma Poliana M. Elisbon¹

Resumo: Este texto propõe uma investigação concentrada em compreender como os estereótipos femininos presentes na literatura colonial brasileira, disseminados pela historiografia e pela crítica literária, são apropriados, incorporados e reproduzidos pelos livros didáticos – um objeto/suporte que, a despeito de todo o processo de marginalização histórica, cumpre um papel basilar enquanto elemento de divulgação e consolidação de conceitos culturais. Mais do que isso, o livro didático afeta a compreensão do mundo e de si de milhares de educandas e educandos de todo o Brasil. Desse modo, sugerimos perscrutar as formas como o livro didático de Ensino Médio, notadamente a partir dos tópicos de literatura, relaciona-se aos discursos e práticas literárias e sociais no que se refere à presença/ausência da mulher na literatura brasileira colonial.

Palavras-chave – Feminino. Literatura colonial. Representações. Livro Didático

Abstract: This text proposes a concentrated research in understanding how stereotypes present in Brazilian colonial literature, disseminated by historiography and literary criticism, are appropriate, incorporated and reproduced by textbooks - an object / support that, despite all the process historical marginalization, plays a fundamental role as a dissemination element and consolidation of cultural concepts. More than that, the textbook affects the understanding of the world and of themselves thousands of male and female students from all over Brazil. Thus, we suggest searching the ways in which the teaching of high school book, especially from the literature of topics related to the speeches and literary and social practices with regard to the presence/absence of women in colonial Brazilian literature.

Keywords – Female. Colonial literature. Representations. Textbook

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes) e participante do grupo de pesquisa interinstitucional Literatura e Educação.

Mulheres, quem somos nós? De onde viemos?
Para onde vamos? Qual foi o nosso caminho
neste mundo?
Vocês nos ouvem?

Michelle Perrot

As perguntas de Michelle Perrot, que mais nos soam como provocações, envolvem dois pontos basilares que (des)orientarão o nosso olhar durante este texto: primeiro, elas fazem emergir a complexidade de se delimitar uma identidade feminina – a mesma complexidade envolvida no delineamento das várias identidades de gênero no imaginário coletivo; a segunda questão, não menos instigante, é sugerir que, mais significativo que moldar uma imagem da mulher, é conhecer os caminhos percorridos pelas múltiplas representações de mulher e de feminino que atravessam nossas práticas (sejam cotidianas ou intelectuais), é reconhecer a transitoriedade, a instabilidade, a fluidez dessas construções, cujas marcas permanecem indelévels nas representações da mulher contemporânea.

Há algum tempo, dedicamo-nos à investigação das relações de poder entre masculino/feminino, partindo do preceito de que o poder não se inscreve somente no campo da repressão e que o feminino não é apenas uma criação do homem, pois os papéis atribuídos a mulheres e homens surgem numa relação de campos de força e a partir de um processo historicamente construído.

Neste momento, para além das relações de poder entre masculino/feminino, outras questões nos inquietam. Dentre elas, compreender o papel desempenhado pelo livro didático no ensino da literatura. Principalmente, no que se refere às representações de gênero. Assim, pretendemos refletir, ainda que de maneira célere, a partir de uma pergunta central: se no atual modelo de educação brasileira, o livro didático, para muitos estudantes, é o principal, se não o único, objeto cultural de contato com o conhecimento literário, como esse instrumento didático e ideológico atua na apresentação – e, assim, na construção do universo feminino?

Por conseguinte, algumas ponderações são necessárias para que essa pergunta seja, minimamente, respondida. Principalmente, sobre o livro didático – nosso objeto de análise.

A cultura letrada delinea, de tempos em tempos, “as fronteiras entre objetos e suportes legítimos e os que não são e, portanto, os que serão excluídos ou censurados” (CHARTIER, 2010, p. 18). É o que Roger Chartier (1998) chama de “olhar aristocrático sobre um objeto popular” (p. 112). Assim, como parte desse processo, entendemos a pouca importância dada ao livro didático e às pesquisas a ele relacionadas por aqueles que, apoiados na crítica e nos cânones, não o aceitam como um legítimo suporte de acesso ao mundo letrado, haja visto o processo histórico de marginalização desse objeto, tal como descrito por Lajolo e Zilberman e por Batista e Rojo:

Apesar de ilustre, o livro didático é o primo pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico: ou ele fica superado dados os progressos da ciência a que se refere ou o estudante o abandona, por avançar em sua educação. Sua história é das mais esquecidas e minimizadas, talvez porque os livros didáticos não são conservados, suplantando seu ‘prazo de validade’ (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p.120).

Foram encontrados 229 trabalhos, dos quais 91% são dissertações de mestrado e apenas 9% são teses de doutorado [...] não deixa de chamar atenção o número restrito de trabalhos de doutoramento sobre o tema [...] à medida que progredem na carreira universitária, os pesquisadores se desinteressam pelo tema do livro escolar, talvez, dentre outros fatores, pela pequena importância desse tema na hierarquia dos temas de pesquisa. (BATISTA; ROJO, 2008, p. 28).

Afora todos esses interditos, não devemos obliterar o papel exercido pelo livro didático como importante elemento de divulgação de concepções culturais e visões de mundo, geralmente hegemônicas.

Não se trata de defender a substituição dos suportes já consagrados à literatura, mas de entender que o livro didático também se constitui, para as camadas escolarizadas da população, uma forma de ingresso ao texto literário. Não podemos desconsiderar a necessidade de se compreender o processo de transformação da leitura pelo suporte que a materializa, assim como adverte Chartier (2011): “[...] não nos esqueçamos que a escrita é transmitida a seus leitores ou a seus ouvintes através dos objetos ou vozes cujas lógicas materiais e práticas é preciso entender [...]” (p. 258).

O livro didático deve ser encarado como uma via alternativa de acesso de leitores em construção a um *corpus* de textos clássicos, assim como enfatizado por Dalvi (2011) ao referir-se ao papel desempenhado especialmente pelo livro didático de Língua Portuguesa e Literatura para o Ensino Médio:

[...] (ele) é importantíssimo na formação do leitor e do leitor de Literatura, na perpetuação e renovação do cânone, na consolidação de práticas culturais que vão além do espaço da sala de aula e da atividade de leitura: o livro didático [...] imiscui-se de uma variada gama de signos de pertencimento não apenas geracional, mas também sociocultural (p. 123).

Nesse mesmo caminho, o pesquisador Alain Chopin, no prefácio da obra *Livro didático e saber escolar (1810-1919)* de Circe Bittencourt (2008), ratifica as múltiplas funções do livro didático enquanto produto cultural: “[...] instrumento iniciático da leitura, vetor linguístico, ideológico e cultural, suporte – durante muito tempo privilegiado – do conteúdo educativo, instrumento de ensino e de aprendizagem comum à maioria das disciplinas [...]” (p. 9).

No cenário brasileiro, essas características acabam sendo potencializadas considerando-se que o contato com o livro mostra-se cada vez mais raro, mesmo tratando-se de estudantes - um público presumivelmente leitor. A mais recente edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*², aplicada em 2011, apontou uma redução de cinco pontos percentuais (de 55% para 50%) do número de leitores no Brasil e, dentre esses, a média de livros lidos entre estudantes é de 3,41 no total, sendo 1,72 de livros didáticos, 0,96 de livros de literatura e 0,73 de outros tipos, nos quais se inclui a Bíblia.

Essas informações assinalam a relevância do livro didático no delineamento do perfil leitor dos estudantes. Para a maioria dos alunos e alunas matriculados na educação básica brasileira, o livro didático pode ser o único intermediário entre eles e o texto literário, entre eles e conceitos culturais, históricos e ideológicos próprios às esferas letradas, assim como descrito por Freitag, Costa e Motta (1997, p. 141) “[...] ele [o livro didático] se

² Foram analisados os dados da 3ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*. Trata-se de um estudo do comportamento leitor do brasileiro, coordenado e divulgado pelo Instituto Pró-Livro.

apresenta como o centro de uma teia, em que cada fio e nódulo nos conduz a um outro aspecto mais complexo da estrutura social brasileira [...]”.

Portanto, ainda que o objetivo não seja reivindicar para o livro didático um *status* que não lhe pertence, ele não pode ser tomado apenas como uma fonte, mas há que se considerá-lo um objeto singular para pensarmos, além da relação entre discursos e práticas, as múltiplas representações e apropriações sociais comuns concernentes a tudo aquilo que atravessa esse objeto complexo.

E quando falamos de representação, valemo-nos do conceito defendido por Roger Chartier. Ele reformula a noção de representação a partir de outras bases: como algo que não está distanciado do real ou do social. Para ele, “as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram” (CHARTIER, 2011, p. 27), sem descartar, entretanto, a possibilidade de contrassenso, de negação, de rebeldia a uma determinada forma de representação.

É recorrente nos estudos de Chartier o interesse em desvelar a tensão existente entre a capacidade inventiva dos atores sociais e as restrições e convenções que os limitam, comumente engendradas pelas representações. Esse expoente da Nova História Cultural dedica-se a compreender como os atores sociais dão sentido às suas práticas por meio de uma ideia de representação que percorrerá toda a sua trajetória de historiador do livro:

[...] Produzidas em suas diferenças pelas desigualdades que fraturam as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem ou as reproduzem. Conduzir a história da cultura escrita escolhendo como pedra angular a história das representações é, logo, aliar a potência dos textos escritos através dos quais elas serão lidas ou ouvidas, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, impostas por elas e que são as matrizes das classificações e dos julgamentos (CHARTIER, 2011, p. 281).

Sem desconsiderar as possíveis rasuras, as inversões, as transgressões, pois “entre demonstração e imaginação, entre representação proposta e o sentido construído, discordâncias são possíveis” (CHARTIER, 2002, p. 178).

Discutir o livro didático no Brasil, assim como ocorre quando nos referimos ao sistema educacional como um todo, requer, de quem se propõe a essa tarefa, um certo grau de

inquietação que não seja utópica. Se nem tudo já foi dito a respeito desse objeto, muito já foi pesquisado, analisado, discutido. Entretanto, questões já abordadas precisam ser constantemente atualizadas, renovadas, debatidas, reformuladas sob pena de se naturalizarem.

Enfim, muito do que já foi dito há décadas, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980 – período em que houve um *boom* nas pesquisas brasileiras interessadas nas dimensões histórica, pedagógica, política, ideológica, econômica, estrutural e legal do livro didático – persiste e demanda ser atualizado, não mais sob um viés universalizante e prescritivo, porque se as soluções não são simples, mas possíveis, primeiro precisam estar no centro para que sejam ao menos problematizadas.

Algo semelhante ocorre quando se trata da dedicação acadêmica às relações estabelecidas entre Literatura e Feminino: o recente interesse da historiografia oficial sobre a participação da mulher na construção da história humana, coincidentemente, no Brasil, ocorrido também entre as décadas de 1970 e 1980, não é suficiente, considerando-se o longo período de marginalização ao qual a mulher foi submetida.

Entretanto, se na história oficial, a mulher foi relegada ao segundo plano, durante toda a história da literatura, ela foi objeto de inspiração para grandes autores e poetas. De tal modo, “[...] é possível notar, em muitos romances da literatura ocidental, vozes femininas insurgindo, mesmo, paradoxalmente, em silêncio, contra determinações historicamente estabelecidas, ainda que tolhidas por inúmeras limitações [...]” (ELISBON, 2009, p. 13), e, conseqüentemente, seguindo perfis estabelecidos, ora sendo retratada como frágil e desprotegida, portanto, impossibilitada de comandar seu próprio destino, ora ligada a Eva e, pela simbolização do pecado, precisava ser subjugada para não corromper ou ser corrompida.

Dessa forma, quando elegemos pensar a representação feminina através do livro didático, objetivamos desvelar os arquétipos presentes, ou não, nesse objeto que podem subverter a percepção que o leitor tem de si e da história, sem, entretanto, desconsiderar a sua autonomia para transgredir/rasurar prováveis determinações do texto, do autor, da crítica ou do suporte.

Para tanto, optamos por analisar, ainda que de forma embrionária, as representações femininas nos tópicos de literatura relacionados à Era Colonial presentes no livro didático mais adotado pelos professores brasileiros no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012 – conforme dados divulgados pelo Ministério da Educação, foram

adquiridos 3.484.770 (três milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta) exemplares da coleção *Português: Linguagens* dos autores Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. Isso representa 36,19% dos livros de Língua Portuguesa de Ensino Médio distribuídos a alunos e professores em todo o Brasil.

Dedicado a tratar, predominantemente, da literatura produzida no Brasil e em Portugal no período que corresponde à Era Colonial, o primeiro volume dessa coleção, que apresenta conteúdos a serem estudados por alunos do primeiro ano do Ensino Médio, é dividido em quatro unidades intituladas respectivamente: *Linguagem e Literatura*; *As origens da Literatura Brasileira*; *Barroco: a arte da indisciplina* e *História social do Arcadismo*.

Mais do que delinear, a partir desse livro didático, o perfil da mulher que habitava o Brasil colonial, a dificuldade de nossa tarefa é, antes de tudo, encontrá-la. Pois mais complexo que desvendar interditos, elementos implícitos, romper com estereótipos de uma imagem idealizada da mulher, é fazê-la emergir de um estado de invisibilidade, de ausência, de silenciamento.

É preciso distinguir, por conseguinte, silêncio e implícito: eles não podem ser entendidos como sinônimos ou sequer equivalentes. Orlandi (2002), em suas afirmações, destaca a relevância de se compreender o silêncio para além da oposição binária *explícito/implícito* e esclarece: “O implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer, mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído” (p. 106). Realmente, o silêncio tanto produz sentido, quanto apresenta-se de maneiras múltiplas: ele “significa de maneiras diferentes, para sujeitos diferentes. Aquele que o adota para si, o vê de modo distinto daquele que deseja pôr o ‘outro’ em silêncio” (ELISBON, 2009, p. 67).

O Ministério da Educação (MEC), por exemplo, estabelece, nos editais de seleção de livros didáticos aptos à escolha dos professores, regras claras em relação à presença de preconceito e estereótipos de natureza étnica, religiosa, social ou de gênero, sob pena da obra ser excluída do processo. Entretanto, há uma grande distância entre não admitir representações preconceituosas e garantir a visibilidade desses grupos.

Assim, o que se observa no livro didático é um projeto crescente de silenciamento, de sub-representação, em que se procura apagar alguns sentidos indesejáveis:

autores e editoras, temendo serem excluídos de um mercado seguro e bilionário, optam por transitar numa zona de conforto, sem trazer à tona questões controversas.

A disseminação de uma figura feminina a partir de um modelo patriarcal, a reprodução de arquétipos socialmente consagrados, a objetificação/idealização da mulher realizada pela literatura durante séculos, o silenciamento da voz feminina apresentada ao leitor apenas a partir do crivo de uma voz masculina, todas são questões que ainda demandam atenção. Entretanto, a presença de imagens estereotipadas e, em alguns casos, discriminatórias, constitui um importante elemento desencadeador da luta, da resistência, da transgressão.

Nesse sentido, a questão vai além de se censurar as mulheres que habitam os textos de Gilberto Freire³:

[...] da mulher submissa e aterrorizada com o castigo masculino até a mulher fogosa, sempre pronta a dar prazer aos machos, a requebrar-se dengosa pelas ruas desalinhadas das vilas coloniais, a seduzir com doçura nos caminhos à beira do rio, à sombra de uma árvores, no meio do mato [...] (VAINFAS, 2004, p. 115).

Ou o modelo de moça prendada defendido pelas palavras do sarcástico Gregório de Matos:

Irá mui poucas vezes à janela,
mas as mais que puder irá à panela;
ponha-se na almofada até o jantar,
e tanto há de coser como de assar (MATOS, Op. cit., v. V, p. 1089 e 1090).

Trata-se, antes, de reivindicar espaço para a mulher que precisa se ver representada nos textos literários e nas imagens veiculadas pelo livro didático.

Os tópicos de literatura denominados pelo livro didático como *Quinhentismo*, *Barroco* e *Arcadismo*, além das imagens presentes nesses trechos – pinturas e fotografias, por exemplo – omitem a participação da mulher na história e na literatura de formação do Brasil.

³ Autor de *Casa-grande e senzala* (1933), obra amplamente criticada por disseminar o mito da democracia racial brasileira e abrandar a escravidão no Brasil.

Em relação a esse último objeto de análise, foram observadas 35 imagens que, de maneira geral, não são discutidas ou problematizadas: surgem apenas como um recurso gráfico/editorial e meramente ilustrativas.

A partir de uma breve análise das imagens presentes nas unidades e capítulos relacionados à literatura colonial, encontramos alguns dados indiciários dessa sub-representação da mulher, tanto no que se refere à presença (gráfico 1), quanto à autoria dessas pinturas e fotografias (gráfico 2):

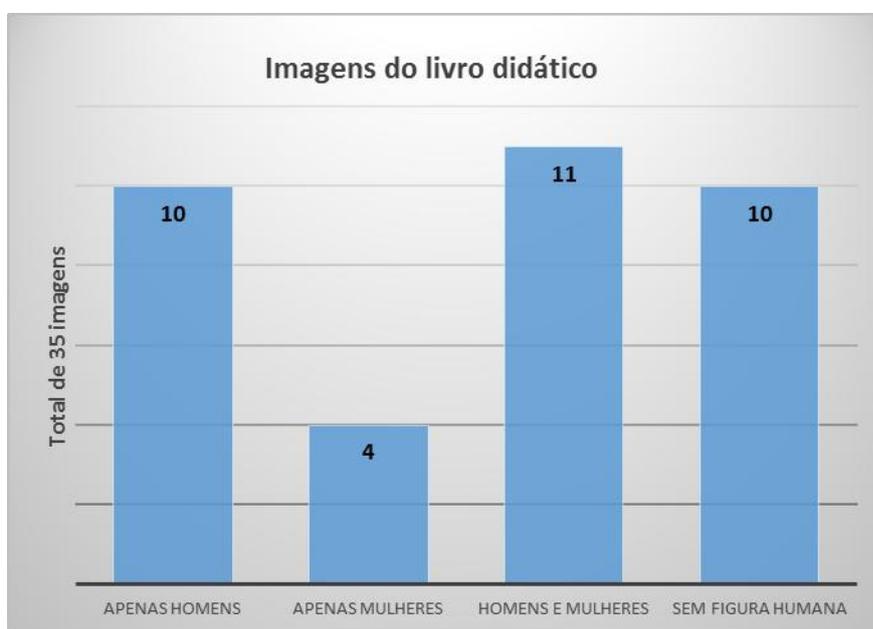


Gráfico 1 – Análise das representações de gênero em 35 imagens presentes nos tópicos de literatura colonial

São imagens que retratam a constituição do povo brasileiro, o processo de colonização, ou seja, a gênese de uma nação que, a julgar pela ausência, não contou com a participação feminina. E não estamos nos referindo a mulheres revolucionárias, pioneiras, ou mesmo, idealizadas, reclamamos a representação das mulheres de carne e osso, das mulheres *reais*, que ganhavam a vida

“[...] como vendedoras de quitutes nas ruas de Minas, agindo como chefes de família, sós, sem os maridos ou companheiros que saíam à cata de ouro e aventuras e não voltavam jamais. Mulheres que, apesar de oprimidas e abandonadas, souberam construir sua identidade e *amansar* os homens, ora recorrendo a encantamentos, ora solicitando

o divórcio à justiça eclesiástica. Mulheres recolhidas ou enclausuradas em conventos [...] Mulheres que gerenciavam, com conhecimento de causa, tudo o que dizia respeito à maternidade, desde os mistérios do parto até as práticas de contracepção” (VAINFAS, 2004, p. 116).

Importante explicar que das quatro⁴ imagens, três são obras de pintores franceses que representam a mulher europeia – real ou idealizada – do século XVIII, e apenas uma delas, inspirada no poema épico *Caramuru* (1781) do poeta Santa Rita Durão, está associada à figura da mulher nativa brasileira. A representação privilegiada pelo livro didático, se não impede, ao menos dificulta, tanto a identificação com o local, quanto o resgate do perfil da mulher que ajudou a construir a sociedade brasileira.

Ampliando essa discussão sobre a autoria, identificamos também a predileção e, portanto, a predominância de pintores e fotógrafos masculinos:

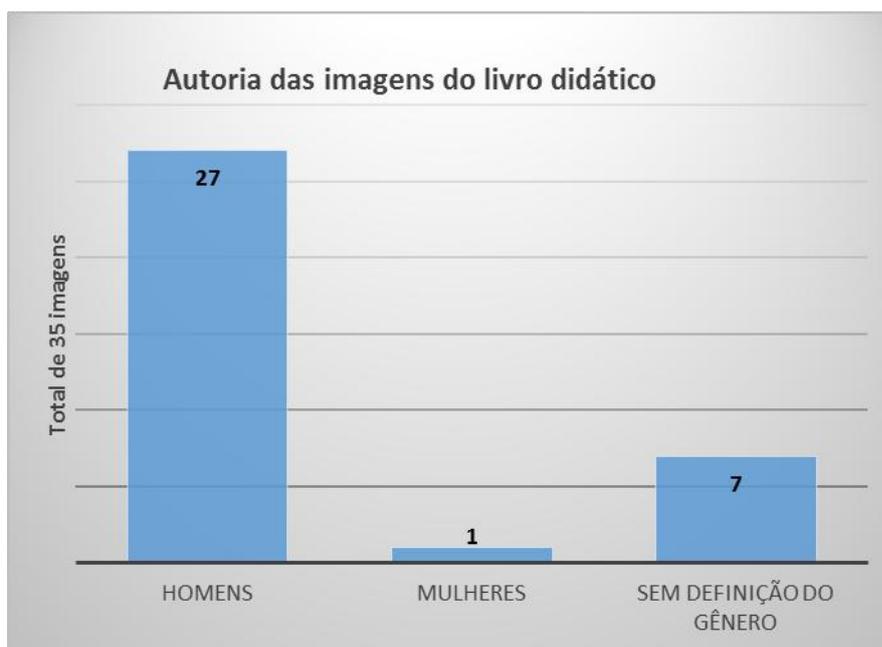


Gráfico 2 – Análise da representatividade de pintores e fotógrafos, homens e mulheres, encontrados nas unidades sobre literatura colonial brasileira do livro didático

Significa que o olhar, a perspectiva e o foco escolhidos pelos autores e/ou editores do livro didático são, majoritariamente, masculinos. Numa visada superficial, isso pode parecer irrelevante, afinal, quantos estudantes ou professores estão atentos àquelas letras miúdas, que aparecem do lado ou abaixo da imagem, indicando sua autoria?

⁴ As quatro obras encontradas são: *Banho de Diana* (1742), de François Boucher; *Maria Antonieta* (1779), de Le Brun; *O juramento dos Horácios* (1784), de Jacques-Louis David e *Moema* (1832), de Vítor Meireles.

Entretanto, em “um mundo onde tudo é produzido para ser visto, onde tudo se mostra ao olhar” (PEIXOTO, 1988, p. 361), torna-se imperativo compreender primeiro, que o olhar “é um ‘ato estético’, mas também um ato de pensamento” (COLLOT, 2013, p. 18) e segundo, a percepção do sujeito é construída a partir do cruzamento de uma série de perspectivas parciais que incluem a sua posição no mundo, mas também daquilo que lhe é dado a ver, a perceber e daquilo que lhe é ocultado.

Uma percepção construída não apenas a partir das imagens, mas também pela literatura, que tanto pode dar visibilidade à mulher, quanto resgatar seu espaço na história oficial e definir novos parâmetros para a mulher moderna. Jane Soares de Almeida, sobre isso afirma que:

O procedimento de se redescobrir o passado e tirar da obscuridade histórias de mulheres célebres e pioneiras do feminismo tornou-se uma fonte recorrente de pesquisa. Buscou-se certamente a (re)construção de uma identidade feminina e recorreu-se a modelos, exemplos, obras literárias... (ALMEIDA, 1998, p. 46).

Assim, quando iniciamos esta empreitada, perguntávamos: que mulher surge no livro didático nos tópicos correspondentes à literatura do período colonial: a escrava, a esposa do dono de engenho, a índia idealizada? Qual a linguagem disseminada? Ela tem voz? Como ela é descrita pelo poeta, pelo narrador?

Entretanto, ainda que as interrogações fossem inúmeras sobre o que toparíamos, tínhamos uma noção do que não encontraríamos: por exemplo, as “Negras de tabuleiro”, mulheres que viviam do comércio ambulante, principalmente no período áureo de Minas Gerais, e cuja atuação preocupava as autoridades da época por venderem bebidas aos mineiros e contribuírem para o contrabando de ouro e pedras preciosas que abasteciam os quilombos e a prostituição, como descrito por Figueiredo (2004):

Este expressivo espaço da participação feminina representou enormes inconvenientes diante dos poderes ordenadores da capitania. Sua mobilidade e a rapidez com que se multiplicavam como opção de vida (uma vez que se exigia para o negócio pouco capital e alguma coragem) ameaçavam comprometer consideravelmente os rendimentos da faina da mineração esperados pela fazenda real e pelos proprietários de minas (p. 151-152).

Não saberíamos do papel desempenhado por mulheres portuguesas brancas enviadas pelo governo português a fim de evitar o ‘perigoso’ e crescente processo de mestiçagem na Colônia, e garantir assim, as “*raízes lusitanas*”:

[...] O concubinato dos portugueses com as índias e negras era regra na Colônia. [...] Daí a necessidade de que mulheres brancas das classes altas, órfãs pobres, ou até mesmo prostitutas viessem de Portugal cumprir aqui sua função de reprodutoras biológicas e sociais. Era necessário procriar para garantir a hegemonia branca da Metrópole também na Colônia; era preciso gerar filhas e filhos de sua própria raça e classe [...] (NUNES, 2004, p. 484).

Tampouco encontraríamos a voz feminina, considerando-se que o cânone brasileiro privilegia a escrita masculina, abrigando a presença de mulheres, na Literatura Brasileira, apenas a partir do séc. XX, como descreve Batista (2012):

[...] A respeito da produção feminina na Literatura Brasileira, no Período Colonial, nada se tem encontrado nos livros didáticos utilizados no Ensino Médio. Isso se deve não porque não haja uma produção literária feminina nesse momento histórico, mas porque o cânone não as privilegiou, criando assim, a falsa ideia de que a cultura só era realizada por homens [...] (BATISTA, 2012, p. 804).

O processo de cerceamento vivido pela mulher no período colonial brasileiro, realmente a excluiu do mundo das letras à medida em que seus pais, e, posteriormente, seus maridos, temiam o mau uso da leitura e da escrita. Eram raras as mulheres que sabiam ler e escrever. Entretanto, ainda que de forma velada e esparsa, “a literatura feita por mulheres se faz presente no decorrer de toda a história literária brasileira” (BATISTA, 2012, p. 808). A exemplo de autoras como Ângela do Amaral Rangel, Maria Josefa Barreto, Beatriz Francisca de Assis Brandão⁵, além de outras mulheres que, mesmo marcadas pela desobediência, pela rebeldia e excluídas da historiografia oficial, precisam ter suas vozes escutadas, pois o estudo da produção literária feminina, seja nos tempos coloniais, seja na atualidade, podem demonstrar que a conquista da escritura pela mulher pode implicar na conquista da sua identidade (BATISTA, 2012, p. 810).

⁵ Sobre essas mulheres que produziram arte literária no Brasil colonial, a autora Edilene Ribeiro Batista publicou o artigo *A produção literária feminina brasileira nos séculos XVII e XVIII*, cujo objetivo é apresentar ao público uma literatura brasileira também produzida, ainda que à margem, por mulheres.

Assim, a ausência dessas formas de representação da mulher nos livros didáticos já era esperada. Contudo, surpreendemo-nos com a exiguidade mesmo daquela imagem consagrada durante toda a história da literatura: a mulher, objeto de inspiração para grandes autores e poetas, mas normalmente seguindo perfis estabelecidos, ora sendo retratada como frágil e desprotegida, portanto, impossibilitada de comandar seu próprio destino, ora ligada a Eva e, pela simbolização do pecado, subjugada para não corromper ou ser corrompida.

Os textos ou excertos encontrados no livro didático tratam das belezas naturais da terra, das preocupações e contradições religiosas, das origens históricas brasileiras, das críticas aos costumes da sociedade da época, mas pouco, ou quase nada, se fala da mulher: dos trinta trechos ou textos integrais encontrados, apenas sete fazem referência a ela.

Dessa forma, percebemos que, no livro didático, mesmo a mulher idealizada, a *Musa* inspiradora, vem perdendo um espaço importante que poderia propiciar reflexão, problematização, discussão e comparação entre essa imagem construída pela literatura durante séculos e as imagens que as alunas têm da mulher atual.

Enfim, são milhares de estudantes que precisam se ver representadas nos textos literários, pois o processo de identificação fortalece a imagem que elas têm de si, ou seja, é uma sensação de pertencimento que precisa ser garantida pelo livro didático – um suporte que, a despeito do processo de marginalização histórica, cumpre um papel basilar enquanto elemento de divulgação e consolidação de conceitos culturais. Mais do que isso, o livro didático afeta a compreensão do mundo e de si de milhares de alunos de todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ROJO, Roxane. Livros escolares no Brasil: a produção científica). In: VAL, Maria da Graça Costa; MARCUSCHI, Beth. *LIVROS DIDÁTICOS DE LINGUA PORTUGUESA: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008, p. 13-45.

BATISTA, Edilene Ribeiro. *A produção literária feminina brasileira nos séculos XVII e XVIII*. In: XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura/ V Seminário Internacional Mulher e Literatura – Palavra e poder: representações literárias. Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura/ V Seminário Internacional Mulher e Literatura, Brasília, 2012.

Disponível em: <http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wp-content/uploads/2012/01/edilene_ribeiro.pdf>, acesso em: 15 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em URL: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*. 7. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2010.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações do Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes – São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. *À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. Tradução de Pedro Armando de Almeida Magalhães. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier - A força das representações: história e ficção*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

CHOPIN, Alain. Prefácio. In: BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Trad. Ida Alves et al. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

DALVI, Maria Amélia. *Drummond: a invenção de um poeta nacional pelo livro didático*. Vitória: EDUFES, 2011.

ELISBON, Êudma Poliana Medeiros. *A trajetória do feminino em Graciliano Ramos: silêncio e resistência*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 141-188.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. *O livro didático em questão*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro. 2012.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

MATOS, Gregório de. Crônicas do viver baiano seiscentista. Obra completa de Gregório de Matos, 7 v., AMADO, James (Org.). Bahia: Editora Universitária, s/d.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 482-509.

PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p. 361-365.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 401-422.